

# Arrocho antitabagista

Depois de meses de discussão, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, decidiu que irá mesmo propor a proibição total do fumo em ambientes fechados. A medida será incluída no pacote de medidas para a área da saúde no país, apelidado de PAC da Saúde, em referência ao Programa de Aceleração do Crescimento. A proposta depende da alteração da lei atual, que permite a separação de espaços para fumantes. "Temos que nos aliar aos países mais avançados nessa área e simplesmente proibir o fumo em recintos fechados. Imagino que, se houvesse uma tecnologia hiper-sofisticada e complexa, que instituisse uma espécie de 'bunker', essa separação seria possível. Mas, na prática, me parece uma idéia sofisticada e complexa", discursou Temporão na solenidade de posse de dois diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para o ministro, "está na hora" de o governo enfrentar "de uma vez" o problema do tabagismo. "Principalmente porque obtivemos uma redução de 15% no número de fumantes nos últimos anos." O secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Jacob Kliggerman, ex-diretor do Instituto Nacional do Câncer, apoiou a iniciativa: "Em outros países essa medida já se mostrou eficiente, principalmente para reduzir o número de novos fumantes".

Outra preocupação do ministro é incluir no PAC da Saúde mecanismos que garantam

o ressarcimento do Sistema Único de Saúde (SUS) pelos atendimentos realizados em pacientes portadores de planos suplementares privados. Pela lei, as operadoras deveriam pagar ao SUS por esses procedimentos, mas elas protelam o pagamento por intermédio de três instâncias administrativas e na Justiça comum.

## Estudos

Desde 2000, a ANS cobra R\$ 534 milhões, mas só recebeu R\$ 90 milhões, segundo o diretor de desenvolvimento da agência, Jose Leôncio Feitosa. "Ainda não chegamos a um consenso sobre a proposta que será apresentada no PAC, mas estudamos maneiras de simplificar essa cobrança", disse o presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos.

Atualmente a ANS cruza os dados do Datasus com o cadastro dos clientes de planos de saúde para fazer a cobrança. Em São Paulo, o parto é o campeão de procedimentos que deveriam ser ressarcidos. Algumas vezes, por opção da mãe; em outras, porque o plano não cobre parto. "Quanto melhor o sistema de saúde suplementar funcionar, menor vai ser o ressarcimento. Ele não pode ser uma fonte de financiamento para o SUS, mas deve induzir as empresas privadas a melhorar", esclareceu Alfredo Cardoso, diretor de Normas e Habilitação das Operadoras. O atendimento de emergência não é cobrado pela ANS.